

30 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Magistrados pregam respeito à Constituição

São Paulo - Em nota pública conjunta, associações que reúnem juízes, promotores e procuradores da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) argumentam ao presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) que “o respeito à Constituição é único caminho”. As entidades apontam para “o indispensável diálogo institucional”.

Segundo as entidades que formam a Frentas, “o respeito à Constituição Federal e à institucionalidade é o único caminho para o desenvolvimento de uma sociedade livre, justa e solidária”.

“O Brasil constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e o pluralismo político”, afirmam as entidades.

Após ser confirmado como o 38º presidente eleito democraticamente no País, Bolsonaro fez um discurso à Nação de compromisso com a liberdade, com a Constituição e com reformas. “Liberdade de ir e vir, liberdade política e religiosa, liberdade de opinião”, disse Bolsonaro, cuja campanha foi marcada pelo antipetismo e uma retórica agressiva contra os opositores.

30 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Presidente eleito diz que maioria penal deveria cair para 14 anos

Rodrigo Borges

Delfim Folhapress

São Paulo - Em entrevista ao Jornal da Band, o presidente eleito Jair Bolsonaro disse que vai lutar pela redução da maioria penal no Brasil. E que, por ele, deveria ser reduzida para 14 anos - o projeto que tramita no Congresso estipula a idade em 16 anos. "Se não for possível para 16, que seja para 17. Por mim seria para 14, mas aí dificilmente seria aprovada. Pode ter certeza que reduzindo a maioria penal, a violência no Brasil tende a diminuir", afirmou.

Bolsonaro também falou de seu plano para a Educação, que considera "o ministério mais importante". "Vamos deixar de lado a filosofia de Paulo Freire e que seja um grande profissional", afirmou, ao prometer uma indicação técnica para a pasta.

Questionado sobre a ditadura militar, o capitão reformado disse que a população brasileira está começando a entender que "não houve ditadura", e relativizou a censura a meios de comunicação na época. "O período militar não foi ditadura", disse.

TETO DOS GASTOS

Já em entrevista à TV Record, o sucessor de Michel Temer defendeu a revisão da Medida Provisória do Teto dos Gastos, porque defende

que a economia não tem espaço para ampliar os gastos e investir. "É dispensável a questão do teto, porque a economia já está deficitária. Então não adianta querer revogar a emenda constitucional do teto se não há mais como investir no Brasil. O teto no meu entender é importante. Se puder ser aperfeiçoado, será bem-vindo".

PRIVATIZAÇÃO

Bolsonaro reafirmou planos de governo já expostos durante a campanha, como a ideia de privatizar estatais cujas atividades não sejam consideradas estratégicas para o Estado, de se aproximar dos Estados Unidos, e de acelerar as mudanças legais que vão permitir à população o porte de armas.

Mais uma vez, ele demonstrou vontade de ter o juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, em sua equipe, no Supremo Tribunal Federal (STF) ou no ministério da Justiça. Durante a entrevista à Rede Record, o presidente eleito disse que irá aos Estados Unidos neste ano ainda, acompanhado de assessores que farão parte da equipe que está montando, como Onyx Lorenzoni, cotado para a Casa Civil. Bolsonaro defendeu mais uma vez que a presidência da Câmara não seja ocupada pelo seu partido. (Com Agência Estado)

30 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Audidores fiscais negam crimes na Receita Estadual

A Publicano 2 é a maior fase do processo, com 123 réus; interrogatórios terminam na quarta-feira

Guilherme Marconi
Reportagem Local

Diante do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, seis réus negaram as acusações de corrupção passiva tributária e concussão no âmbito da Operação Publicano 2 em audiência realizada nesta segunda-feira (29). Trata-se do maior processo no qual o MP (Ministério Público) denunciou a existência de uma organização criminosa encrustada na Receita Estadual do Paraná. Ou seja, auditores fiscais cobrariam propina para permitir que empresários sonegassem tributos estaduais.

Entre os principais réus, estão o ex-delegado do fisco em Londrina, José Luiz Favoretto, a auditora fiscal Ana Paula Pelizzari Marques de Lima, e o auditor fiscal Milton Antonio de Oliveira Digiácomo. Os três

estavam na cúpula do esquema e já foram condenados pelo magistrado em outros processos da Publicano. Favoretto foi condenado a 37 anos de prisão na Publicano 1. Ana Paula, esposa do ex-inspetor geral Marcio Albuquerque de Lima, foi condenada a 76 anos. Já Digiácomo tem três condenações em primeira instância. Todos recorrem ao TJ (Tribunal de Justiça) em liberdade, mas estão afastados das funções no órgão fazendário.

O depoimento mais longo foi de Favoretto, que tentou desqualificar as provas levantadas pelo Ministério Público e a delação do ex-auditor Luiz Antonio de Souza. "Alguém manipulou meu notebook antes da perícia", disse ao juiz. O ex-delegado do fisco também insinuou que promotores do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) teriam coagido empresários a testemunhar contra

os auditores. "Tem gente que falava amém e o promotor escrevia o pai nosso inteiro (no acordo de colaboração)", disse. Favoretto só respondeu às perguntas do magistrado, mas a defesa o orientou a não responder perguntas do Ministério Público.

Além da cúpula da Receita, o juiz ouviu os auditores Marcos de Souza e Antônio Aparecido de Hércules, que faziam fiscalização volante em empresas da região de Londrina, entre elas indústrias de móveis de Arapongas. Ambos negaram qualquer recebimento de vantagem e disseram que desconheciam a existência de qualquer tipo de esquema de corrupção na Receita Estadual. A FOLHA não conseguiu ouvir o promotor Leandro Antunes até o fechamento desta edição.

CONTINUA

30 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PROCESSO GIGANTE

A segunda fase da operação foi deflagrada no dia 10 de junho de 2015 em dez cidades do Paraná. Mais de 50 pessoas foram presas, e 63 mandados de prisão foram expedidos à época. Pelo tamanho do processo - 125 réus e dezenas de testemunhas -, as audiências estão sendo realizadas no Tribunal do Júri do Fórum de Londrina desde o dia 29 de agosto e terminam na quarta-feira (31) com depoimento de Albuquerque Lima. O processo chegou a ficar parado e ser remetido ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) por entendimento que envolveria políticos com foro privilegiado. Mas em fevereiro de 2015, a investigação voltou para as mãos de Nanuncio. Ao todo são narrados 124 fatos criminosos como corrupção, concussão, corrupção ativa e passiva.

30 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Londrina avança no combate à violência contra a mulher

Londrina será a quarta cidade do Brasil a disponibilizar para as mulheres o dispositivo de segurança para vítimas de violência doméstica chamado popularmente como botão do pânico. Um convênio foi assinado pelo prefeito de Londrina, Marcelo Belinati, e a secretária estadual da Família e Desenvolvimento Social, Nádia de Oliveira Moura, na última sexta-feira (26). O dispositivo eletrônico é capaz de localizar através de GPS, avisar às autoridades e gravar o áudio e imagens do local. O projeto ao todo custará R\$ 165 mil e agora passará pelo processo de licitação. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres prevê que tudo esteja funcionando no início de 2019, podendo atender, inicialmente, 200 pessoas, que ficarão em comunicação constante com a Patrulha Maria da Penha, da Guarda Municipal.

“

A violência doméstica é mais comum do que se imagina e infelizmente muitas mulheres precisam de ajuda para sair desse ciclo dramático”

Os números de vítimas de violência doméstica em Londrina justificam a implantação do sistema. Dados da 6ª Vara Criminal mostram que, somente na cidade de Londrina, 3.029 mulheres estavam até a semana passada sob medida protetiva, o que significa que já passaram por situação de violência e estão sob a proteção judicial. A 6ª Vara acompanha também 30 casos de feminicídio. No Paraná, ao todo, o governo estadual planeja firmar o convênio com 15 municípios, investindo R\$ 2,6 milhões no dispositivo de segurança.

CONTINUA

30 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo dados da Guarda Municipal, em 2017 foram prestados 457 atendimentos, dos quais 159 foram registros de boletins de ocorrência em flagrante delito, em apoio a mulheres com ou sem medida protetiva. A administração municipal ainda está tentando com o Estado criar um boletim de ocorrência integrado entre a Guarda e as polícias.

A violência doméstica é mais comum do que se imagina e infelizmente muitas mulheres precisam de ajuda para sair desse ciclo dramático. Tanto que hoje, autoridades da área de segurança pública e justiça dizem que as pessoas próximas precisam se intrometer, ou “meter a colher”, como diz o ditado popular. O botão do pânico é um exemplo de como a tecnologia pode ajudar a diminuir a violência, mas não substituirá o mais importante: a conscientização das vítimas de que é preciso denunciar atos de agressão e fazer valer a Lei Maria da Penha, implantada em 2006, um grande avanço em defesa da mulher.

30 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO Bolsonaro sugere Moro na Justiça ou no STF

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) afirmou ontem que pretende convidar o juiz federal Sérgio Moro para comandar o ministério da Justiça em seu futuro governo ou ainda para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). As declarações foram feitas ontem em entrevistas concedidas ao SBT e ao Jornal Nacional, da TV Globo. “Pretendo conversar com ele (Moro) para ver há interesse da parte dele”, disse Bolsonaro em entrevista ao SBT. “Se eu tivesse falado isso antes (na campanha) soaria como oportunismo.”

Ao Jornal Nacional, o presidente eleito disse que Moro, responsável pela Operação Lava Jato, é um “grande símbolo” da luta contra a corrupção. “Poderia ser ministro da Justiça ou, abrindo uma vaga no STF, (escoller) a que achar que melhor poderia contribuir para o Brasil”. Aliados de Bolsonaro já haviam dito que Moro era cotado para ocupar futura vaga no STF. Esta é a primeira vez que o nome do juiz federal é citado como possível ministro.

Bolsonaro afirmou também que se referia à cúpula do PT quando afirmou que “marginais vermelhos” seriam banidos do Brasil. “Foi um discurso inflamado, com a Avenida Paulista cheia. Logicamente, estava

me referindo à cúpula do PT. O próprio (Guilherme) Boulos havia dito que invadiria minha casa”, afirmou, em referência ao presidencialista derrotado do PSOL. Ele citou ainda a fala de Haddad de que a crise no Brasil só acabaria quando Lula fosse eleito. “Foi um momento de desabafo, eu não ofendi a honra de ninguém. No Brasil de Jair Bolsonaro, quem desrespeitar a lei sentirá o peso da mesma contra sua pessoa”.

Na entrevista, também agradeceu todos que o elegeram e, questionado sobre o fato de uma parcela do eleitorado dizer que sua eleição é um risco, Bolsonaro disse que a Constituição será a “Bíblia do governo”. “As eleições acabaram. Chega de mentiras, chega de fake news. Realmente, agora estamos numa outra era. Quero governar para todos, não apenas para os que votaram em mim. Temos Constituição que tem que ser nossa Bíblia aqui na Terra e respeitada. Só dessa maneira podemos conviver em harmonia.”

Em relação à mídia, Bolsonaro disse ser “totalmente favorável” à liberdade de imprensa e afirmou ser necessário fazer justiça com a propaganda oficial do governo. “A imprensa que se comportar mentindo descaradamente não terá apoio do governo federal”, disse.

● 'outra era'

“As eleições acabaram. Chega de mentiras, de fake news. Agora estamos numa outra era. Quero governar para todos, não apenas para os que votaram em mim.”

Jair Bolsonaro

PRESIDENTE DA REPÚBLICA ELEITO

O presidente eleito, no entanto, voltou a criticar o jornal *Folha de S. Paulo*, acusando-o de espalhar fake news contra sua candidatura. Ele corrigiu declaração anterior na qual disse que a publicação merecia “acabar”. “Não quero que acabe, mas se continuar a se comportar desse jeito não terá apoio do governo federal.” Procurada, o jornal não havia se pronunciado até a conclusão desta edição. / PAULO BERALDO, MARCELO OSAKABE, DANIEL GALVÃO e FERNANDA NUNES

30 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia Federal apura ofensa contra Barbosa



A Polícia Federal abriu inquérito para apurar a conduta de um policial da Superintendência Regional da Paraíba, que no Twitter, teria afirmado que o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa fazia “papel de escravo”. Um dia antes, Barbosa havia anunciado voto ao candidato Fernando Haddad (PT), que perdeu a disputa pela Presidência para Jair Bolsonaro (PSL).

Gilmar arquiva ação contra deputados

O ministro Gilmar Mendes, do STF, mandou arquivar o inquérito que tinha como alvo os deputados Baleia Rossi (MDB) e Nelson Marquezelli (PTB) no âmbito da Operação Alba Branca, que investiga organização criminosa que se instalou em ao menos 30 prefeituras paulistas e na Secretaria do Estado da Educação para fornecimento de sucos e merendas escolares. A decisão acolhe pedido da Procuradoria-Geral da República.

30 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão polêmica do TST

Em mais uma decisão polêmica, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) passou a permitir que os trabalhadores abram ações trabalhistas contra os empregadores na cidade em que residem, e não na cidade onde as empresas têm sede ou filial. Tomada por maioria de votos pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), encarregada de uniformizar entendimentos e consolidar a jurisprudência da Justiça do Trabalho, a decisão causou perplexidade nos meios empresariais, uma vez que exigirá deslocamento de advogados, dificultando a defesa judicial das empresas e aumentando seus gastos com atividade-meio.

O caso julgado pela Corte – cuja atuação nos últimos meses tem sido de flagrante oposição à reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro do ano passado – foi o de uma engenheira que trabalhou para uma empresa de energia durante a construção da Usina Belo Monte, em Altamira (PA). Depois de contratada no Rio de Janeiro, onde fica a sede dessa empresa e de ter trabalhado naquela cidade paraense, quando saiu do emprego, ela se mudou para Uberlândia (MG), onde ajuizou a ação trabalhista.

Segundo o artigo 651 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalhador tem de entrar com a ação contra o empregador no local em que prestou serviço, indepen-

dentemente de ter sido contratado em outra localidade. A singularidade do caso julgado pelo TST está no fato de que, como a empresa havia encerrado suas atividades em Altamira, a ação trabalhista deveria tramitar no Rio de Janeiro, onde fica sua sede.

Contudo, invocando o princípio constitucional do acesso à Justiça em favor dos trabalhadores, o TST “flexibilizou” – ou seja, interpretou criativamente – o artigo 651 da CLT. Apesar de não haver base jurídica para instituir como foro o domicílio da engenheira, a Corte autorizou que o processo tramitasse em Uberlândia. Alguns ministros se opuseram a essa “flexibilização”, alegando que esse entendimento ia muito além do que a CLT estabelece, pondo em risco assim o direito de defesa da empresa. “A engenheira se mudou para Uberlândia, mas poderia ter se mudado para Honolulu ou para a China”, afirmou o ministro Cláudio Brandão, recomendando que o TST não se afastasse do sentido literal da lei.

“O legislador foi sábio. Se fosse o Joaquim do armário em Altamira, como poderia responder a uma reclamação em Uberlândia? Se fosse uma microempresa, como é que faz? Como ficam o acesso à Justiça e o direito da empresa?”, argumentou o ministro. Mas, apesar de sua sensatez, ele foi voto vencido, pois a maioria dos ministros entendeu que, se a ação impetrada pela engenheira tramitasse em Altamira ou

no Rio de Janeiro, ela não teria condições de abrir o processo.

Essa não foi a primeira vez que o TST “flexibilizou” o artigo 651 da CLT, tornando incerto um texto que é claro e taxativo. Há três anos, o TST já havia entendido que, quando as empresas processadas por empregados atuam em todo o território nacional, elas não têm dificuldades financeiras e logísticas para se defender nas ações trabalhistas impetradas em outros municípios. Trata-se de um entendimento equivocado, que colide com a função das leis trabalhistas e dos próprios dispositivos da Constituição nessa matéria, que é a de garantir um certo equilíbrio nos litígios entre empregados e empregadores.

Por mais generosa que a Justiça do Trabalho pretenda ser com os trabalhadores, ao permitir que estes possam abrir ações trabalhistas no município em que residem, a instituição compromete a igualdade processual entre as duas partes, gerando situações de incerteza e instabilidade para os empregadores. Esse é o problema da cada vez mais acintosa disciplina da Justiça do Trabalho: ao “flexibilizar” as leis trabalhistas, favorecendo sistematicamente uma parte em detrimento da outra, seus magistrados se esquecem de que, onde impera a insegurança jurídica, as empresas não investem. E onde não há investimento, não há empregos – e, por consequência, não há trabalhadores. Só desempregados.

30 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro perderá imunidade que já o livrou de processos

! **Eventuais declarações polêmicas no cargo de presidente podem motivar processo de impeachment, segundo a lei**

Marco Rodrigo Almeida

SÃO PAULO Eleito presidente, Jair Bolsonaro (PSL) não desfrutará mais da prerrogativa da imunidade parlamentar que já o livrou de ao menos três processos por declarações como deputado federal.

Por outro lado, ele passará a dispor de outra proteção constitucional: só poderá ser processado com a autorização da Câmara dos Deputados.

Há quase dois anos foi arquivada representação no Conselho de Ética da Câmara que pedia a cassação de Bolsonaro por ter defendido em plenário a memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

O deputado homenageou um dos principais símbolos da repressão na ditadura militar durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff.

Em 2011, teve fim parecido uma outra representação contra o capitão reformado do Exército, desta vez acusado de fazer declarações preconceituosas a respeito de negros e homossexuais.

Em setembro deste ano, a Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) também rejeitou uma denúncia contra Bolsonaro sob acusação de racismo, referente a um discurso no Clube Hebraica, no Rio, no qual afirmou que

afrodescendentes “nem para procriador” servem mais.

Nos três casos, invocou-se a imunidade parlamentar.

De acordo com a Constituição, deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Aos membros do Executivo —prefeitos, governadores e presidente— a Constituição não prevê o mesmo direito.

“Deputados e senadores têm entre suas principais funções discursar. Não podem sofrer processo pelo que pronunciam na tribuna ou em situação externa referente ao exercício do mandato”, diz o advogado constitucionalista Marcus Vinicius Furtado Coêlho, ex-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

“Já o presidente da República é eleito para administrar o país, ser gestor dos negócios públicos. Serenidade e equilíbrio é o que se espera de um chefe do Executivo”, completa.

Como presidente, sem direito à imunidade, Bolsonaro poderia responder a dois processos distintos por eventuais declarações.

Falas discriminatórias referentes a raça, religião ou origem podem ser enquadradas como injúria racial (ofender a honra de um indivíduo) ou

racismo (atinge uma coletividade indeterminada de pessoas), crimes de natureza comum previstos no Código Penal, explica Furtado Coêlho. Se eles forem cometidos no curso do mandato, o presidente será julgado pelo STF.

Após denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República, o prosseguimento da investigação dependerá do aval de dois terços da Câmara dos Deputados (342 votos).

Com a autorização dos deputados, o STF analisa se aceita a denúncia. Em caso positivo, o presidente ficará suspenso do cargo por até 180 dias. Após isso, volta à Presidência, mas o processo continua.

Se condenado, poderá ser preso na vigência do mandato.

Contando com expressiva base na Câmara, Michel Temer (MDB) conseguiu barrar duas denúncias, sob acusação de corrupção passiva e organização criminosa, na Câmara.

Declarações de um presidente da República também podem ser enquadradas como crimes de responsabilidade, infrações político-administrativas cometidas no desempenho do mandato.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 OUT 2018

Sem ter natureza criminal, essas infrações acarretam apenas sanção política: perda do cargo e inabilitação para o exercício de funções públicas por oito anos.

“O presidente, ao tomar posse, presta o compromisso de defender e cumprir a Constituição”, afirma o ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto.

“Eventualmente o presidente pode se deslegitimar no plano do exercício, e aí sobrevém a incidência do impeachment. O presidente cujo estilo de governo se revelar incompatível com a Constituição leva o país a este terrível dilema, ou a Constituição ou o presidente. A resposta é que o presidente bata em retirada”, diz ele.

Crimes de responsabilidade, em resumo, são atos do presidente da República que atentem contra a Constituição e as instituições democráticas.

A advogada Vera Chemim, mestre em administração pública, entende que uma fala poderia ser classificada como um desses atos se ofender o livre exercício dos Poderes, como defender fechar o STF, ou provocar animosidade entre grupos sociais.

Uma hipotética defesa da ditadura militar ou de governos de exceção poderia motivar a abertura de um processo com base também na Lei 1.079, de 1950, conhecida como Lei do Impeachment.

“Esse último inciso, por ser amplo, pode incluir discursos que atentem contra os valores democráticos”, diz Chemim.

Bolsonaro já é réu em duas ações penais no Supremo Tribunal Federal (STF) acusado de incitar o estupro, em um caso envolvendo a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Caso as ações não sejam julgadas até a posse, só poderão ser retomados depois que Bolsonaro deixar a Presidência.

Falas de um presidente podem dar origem a dois tipos de processos

Crimes comuns

Caso, por exemplo, de falas enquadradas como injúria racial ou racismo, crimes previstos no Código Penal. Nesse caso, a Procuradoria-Geral da República apresenta denúncia e o processo é analisado pela Câmara. São necessários ao menos 342 votos (2/3 da Casa) para que a investigação seja autorizada

Crime de responsabilidade

Infrações que acarretam apenas sanção política: perda do cargo e inabilitação para exercício de função pública. Um pedido de impeachment, com base em algum crime de responsabilidade, pode ser feito na Câmara por qualquer cidadão. Congresso julga

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

**TODOS
JUNTOS**

30 OUT 2018

A proteção de direitos fundamentais deve unir as correntes distintas do STF (Supremo Tribunal Federal) como há muito não se via. Diversos ministros têm manifestado preocupação em relação a declarações e iniciativas que indicam a possibilidade de um retrocesso em vários temas depois da eleição de Jair Bolsonaro.

PONTO O ministro Luís Roberto Barroso é um dos primeiros a externalizar a convicção. “O Supremo pode ter estado dividido em relação ao enfrentamento da corrupção. Muitos laços históricos difíceis de se desfazerem, infelizmente. Mas em relação à proteção dos direitos fundamentais, ele sempre esteve unido”, afirma.

EMFRENTA O magistrado diz que sempre houve consenso no tribunal “em favor das mulheres, dos negros, dos gays, das populações indígenas, de transgêneros, da liberdade de expressão”, afirma. “Aliás, esse episódio envolvendo a proibição de manifestação em universidades já sinalizou isso. Por essa razão, não creio que haverá retrocesso”, completa.

MESMA VOZ Quando juízes eleitorais ordenaram que a polícia entrasse em universidades para retirar faixas e fiscalizar materiais, Gilmar Mendes e Barroso foram os primeiros integrantes do STF a se manifestarem a respeito. Os dois quase sempre divergem em matérias criminais.

DEPOIS O juiz Sergio Moro não se manifesta sobre o convite que Bolsonaro fará a ele para ser ministro da Justiça ou então do STF. “Não tem comentário. Vou ficar devendo”, disse ele à coluna na segunda (29) por telefone. Questionado se já foi procurado por emissários do presidente eleito, voltou a repetir: “Vou ficar devendo”.

PAINEL

VISITA À FOLHA Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), visitou a **Folha** nesta segunda (29). Estava acompanhada de Viviane Dias, assessora de imprensa.

METRO 30 OUT 2018

Bolsonaro quer Moro na Justiça ou no STF

Transição. Presidente eleito do PSL diz que convidará juiz da Lava Jato para assumir ministério ou irá indicá-lo para vaga no Supremo, garante que prioridade será aprovação da nova Previdência e que reduzirá ministérios e impostos

No dia seguinte à eleição em que foi escolhido como novo presidente por mais de 57 milhões de eleitores, Jair Bolsonaro (PSL) não teve compromissos oficiais e passou o dia descansando com a família, na Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio. Em entrevistas ontem, à TV Globo e ao "Jornal da Band", o capitão reformado disse que tem planos para o juiz Sérgio Moro em seu governo, como possível ministro da Justiça ou em vaga do STF (Supremo Tribunal Federal). "Pretendo conversar com ele brevemente, e já foi feita a sinalização positiva", garantiu.

Bolsonaro disse ainda que quer priorizar as reformas, como a da Previdência, pretende reduzir ministérios e conseguir aprovar a redução da maioria penal a pelo menos 17 anos. Ele diz que "quer governar pelo exemplo" e afirma:

"Quero o bem de todos, não só de quem votou em mim".

Também pretende reduzir impostos: "A proposta

Respeito às leis

"Não temos o que comemorar, não disputamos campeonato de futebol, esse caminho à esquerda nos levava a local sem retorno. Não queremos um país socialista ou comunista. Queremos um país grande, com respeito às leis."

Imprensa

"Não quero que [Folha] acabe. Por si só, esse jornal se acabou. Quase todas fake news que se voltaram contra mim partiram dela. Inclusive a do WhatsApp."

Juiz

"O juiz Sérgio Moro é um símbolo no Brasil. Pretendo conversar com ele brevemente, e já foi feita a sinalização positiva. Pretendo convidá-lo para o Ministério da Justiça ou, seria no futuro, abrindo uma vaga no Supremo Tribunal Federal."

do Paulo Guedes [futuro ministro da Economia] é a redução de impostos, até porque, como está, o Brasil não tem como ir para frente. Ao diminuir impostos, podemos gerar empregos".

Hoje, uma reunião vai definir os membros da equipe de transição, que começam a trabalhar já na próxima semana em Brasília, quando Bolsonaro deve ir à capital federal se encontrar com o presidente Michel Temer (MDB). Ele também já começa a definir uma agenda de viagens internacionais. O primeiro destino será o Chile, e depois, Estados Unidos e Israel.

© BAND

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Prazo recursal em dobro cessa quando fica apenas um dos litisconsortes, diz STJ

Tanto sob o Código de Processo Civil de 1973 quanto na vigência da nova legislação processual, em se tratando de autos físicos, a contagem de prazo em dobro cessa quando resta apenas um dos litisconsortes na demanda.

30 OUT 2018

Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso especial de um shopping center condenado a indenizar um cliente vítima de acidente dentro de suas dependências.

Segundo a ministra Nancy Andrighi, relatora, não houve surpresa ou manipulação no acórdão de segunda instância que considerou a apelação intempestiva, pois a regra do novo código segue o entendimento da Súmula 641 do Supremo Tribunal Federal e a jurisprudência sedimentada sobre a matéria no código revogado.

Ela explicou que o direito ao prazo em dobro pressupõe dois requisitos cumulativos: existência de litisconsórcio e de prazo comum para a prática do ato processual.

“A razão da norma permanece idêntica, a de garantir acesso aos autos oportunizando a obtenção da tutela recursal que lhe pareça mais favorável. Tanto é assim que o CPC/2015 dispõe não se computar prazo diferenciado quando os autos do processo forem eletrônicos, permitindo aos litigantes amplo e irrestrito acesso aos autos”, fundamentou a ministra.

30 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RUY BARROZO

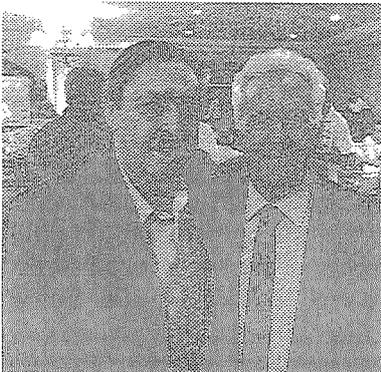
RB | Gol de placa



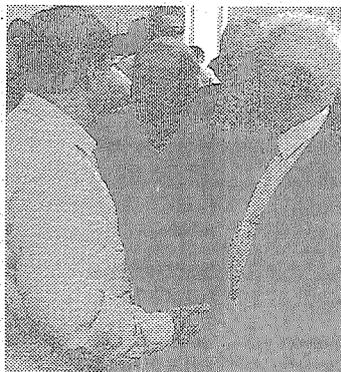
Antonio Loyola Vieira, Paulo César Caju e Sicupira



Antônio Loyola Vieira, Toni Menzel, Renato Bettega, Alvacir Guimarães e Telmo Cherem



Sicupira e Renato Bettega



Sicupira, Rivelino e Renato Bettega



Telmo Cherem, Rivelino e Antônio Loyola Vieira



Telmo Cherem, Alvacir Guimarães, Paulo César Caju e Toni Menzel

A Confraria Amigos da Bola, que reúne os ex-jogadores de futebol do Paraná; Curitiba, Atlético, Paraná, Ferroviário, Pinheiros Colorado, reúne-se sempre na primeira segunda-feira do mês.

Nesse mês a reunião aconteceu no último dia 1º, oportunidade em que foram comemorados os sete anos da Confraria.

A cada encontro/jantar são

homenageados ex-jogadores, preparadores físicos, médicos, ex-diretores e ex-presidentes, cronistas e jornalistas esportivos.

Nesta última reunião foram homenageados; o desembargador Renato Bettega, presidente do Tribunal de Justiça, Ernani Buchmann, Sicupira, Paulo César Caju – Tri Campeão Mundial de Futebol/1970 e Roberto Rivelino.

30 OUT 2018

BEMPARANÁ

Bolsonaro confirma convite a Moro para ser ministro

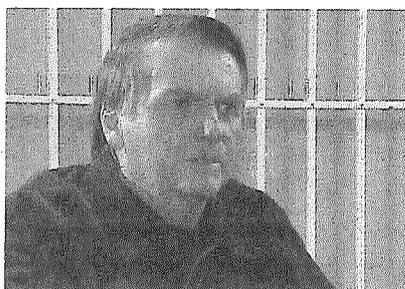
Presidente eleito quer juiz da Lava Jato para ministério da Justiça ou para o STF

O presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL), concedeu entrevistas a cinco emissoras de TV na noite de ontem: RecordTV, Band, SBT, RedeTV! e Globo. À Record e depois, ao SBT e à Globo, Bolsonaro confirmou que convidará o juiz paranaense Sergio Moro, da Operação Lava Jato, para ser ministro da Justiça ou membro do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Pretendo conversar com ele e, logicamente, havendo uma conversa, nos acertando, seria feito um convite. Ele diria sim ou não. Eu só posso falar isso agora porque as eleições se acabam. Se fosse antes das eleições, poderia soar como oportunismo da minha parte”, disse em entrevista ao SBT.

Bolsonaro disse ainda acreditar que Moro tem um perfil mais para ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), mas que é a vaga do Ministério da Justiça que está aberta. “Ele é uma pessoa excepcional, tem um respaldo muito gran-

Reprodução de TV



Bolsonaro: conversa e convite

de da população e tem conhecimento. Na área da Justiça, pode ser um grande parceiro no combate à corrupção.”

Pelo menos dois novos ministros do STF deverão ser indicados durante os quatro anos de mandato de Bolsonaro. Celso de Mello, o decano, e Marco Aurélio Mello deixarão a Corte em 2020 e em 2021, respectivamente. Cabe ao presidente da República indicar os integrantes substitutos do tribunal.

O presidente eleito disse ainda que

Moro merece ter seu trabalho reconhecido e que ele perdeu a liberdade por causa do combate à corrupção. “Nosso querido juiz Sergio Moro é uma pessoa que perdeu a sua liberdade no combate à corrupção e hoje não pode ir à padaria mais sozinho comprar um pão, ou passear no shopping com a sua família. Tem que estar muito bem protegido por seguranças. Então é uma pessoa que merece ser reconhecida pelo seu trabalho”, disse.

Até o fechamento desta edição, Moro não havia se pronunciado sobre o convite.

Ministros — O economista Paulo Guedes foi escolhido para comandar o Ministério da Economia, que deve reunir as atuais pastas da Fazenda e do Planejamento. Já o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS) foi convidado para ser ministro-chefe da Casa Civil. Ele foi o coordenador do plano de governo de Bolsonaro.

Afastado

A Vara Criminal de Cantagalo (Centro-Sul) determinou a suspensão do pagamento dos subsídios de um vereador da cidade afastado das funções por ordem judicial. O parlamentar teve a prisão preventiva decretada em processo por peculato e falsidade ideológica. Entretanto, decisão do Tribunal de Justiça concedeu liberdade provisória ao réu, desde que este cumprisse diversas medidas cautelares – entre elas, a proibição de aproximar-se da Câmara. Mesmo impedido de ingressar no prédio do Legislativo, o vereador seguiu recebendo salário, razão pela qual a Promotoria de Justiça de Cantagalo pediu a suspensão dos pagamentos, agora determinada pela Justiça.

JORNAL DO ÔNIBUS 30 OUT 2018

Bolsonaro vai convidar Moro para Justiça ou STF

Presidente eleito disse que caberá ao juiz federal escolher

O presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou ontem, em entrevista ao vivo ao Jornal Nacional, que convidará o juiz federal Sérgio Moro para ser o futuro ministro da Justiça ou então o indicará para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal. “Pretendo convidá-lo para o Ministério da Justiça ou, seria no futuro, abrindo uma vaga no Supremo Tribunal Federal, na qual melhor ele achasse que poderia trabalhar para o Brasil”, afirmou Bolsonaro.

Bolsonaro falou ainda que o Brasil precisa de “conciliação”. “Quero dizer a todos vocês que não votaram em mim que nós estamos no mesmo barco. Se o Brasil não sair dessa crise ética, moral e econômica, todos nós sofreremos as consequências do que se aproxima no futuro. Nós queremos é juntos, juntos com vocês, afinal de contas, nós temos tudo, tudo para ser uma grande nação. O que está faltando é a união de todos, evitar as divisões”.

“Vamos tratar todos iguais. E eu apelo àqueles que não votaram em mim. Nos dê a oportunidade agora de mostrar que, realmente, nós podemos fazer uma política de modo de que a felicidade se faça presente em nosso meio no futuro”, concluiu Bolsonaro. ■

30 OUT 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

MP denuncia nove por desvios em colégio agrícola

O Ministério Público do Paraná propôs duas denúncias contra nove pessoas que estariam envolvidas em desvio de parte da produção do colégio agrícola de Arapoti, na região dos Campos Gerais. As ações são resultado da Operação Usurpador, deflagrada em abril deste ano. Segundo o MPPR, o diretor da instituição, no período em que esteve na chefia, coordenou esquema voltado a repassar parte da safra produzida no colégio em benefício de parentes, além de outros servidores e empresários da região.

A Promotoria de Justiça constatou o desvio de lavouras de soja, milho e toras de eucalipto, bem como ilegalidades em licitações para a compra de insumos agrícolas. Conforme a ação penal, os denunciados incorreram em crimes diversos, como organização criminosa, peculato e fraude em licitação. Estima-se que foram desviados quase R\$ 195 mil da instituição de ensino, que é mantida com recursos públicos. ●